

Moratória tem todo apoio do PMDB

O PMDB reitera o apoio à condução das negociações da dívida externa, à moratória, ao ministro Dilson Funaro e ao presidente Sarney, e esse apoio "provém de todos os setores do partido", afirma o documento da Executiva do PMDB, aprovado horas antes da agressão da Polícia Militar aos constituintes que tentaram intermediar a greve dos bancários.

— Unidos aos trabalhadores, aos empresários, aos militares, aos estudantes, às igrejas e à toda Nação brasileira reiteramos que o caminho da dignidade não tem retorno. O preço da rendição incondicional está implícito na pregação dos que desejam a volta ao FMI e, ao mesmo tempo, bradam contra a recessão, esquecidos de que a política do Fundo é a recessão — argumenta a Executiva.

Para justificar a suspensão do pagamento de juros, o documento de seis páginas informa que, em 1985 e 86, o Brasil transferiu para o exterior 24,1 bilhões de dólares. No período 1983-84, enviou 9,8 bilhões de dólares. "Os problemas atuais foram provocados em grande parte por manobras externas, com o objetivo de obrigar o Brasil a ceder mais uma vez aos interesses da comunidade financeira internacional".

O PMDB acredita que a dívida externa é um instrumento de dominação dos países do Terceiro Mundo usado pelas Nações industrializadas. Estas impõem unilateralmente as taxas de juros aos pobres, obrigados a exportar mais, aviltando as relações de troca, para saldar compromissos sempre crescentes.

O documento historia a visão do PMDB sobre o problema. Em agosto de 1983, o presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães (SP), no discurso "Travessia", pede a moratória e descarta a submissão ao FMI. No discurso "Diretas Já", em abril de 84, Ulysses repisa os dois temas, além de pregar a retomada do desenvolvimento e a distribuição de renda.

Outras duas manifestações — em março e em agosto de 86 — foram resgatadas pela Executiva para demonstrar que o PMDB se mantém fiel à política de não aceitar "nas negociações sobre a dívida, qualquer ingerência sobre decisões internas, que são de competência exclusiva de nosso Governo". Ou então que o PMDB quer "redefinir radicalmente as condições de pagamento" da dívida.

— A posição do PMDB quanto à dívida externa, portanto, repousa sobre embasamentos

doutrinários estabelecidos ao longo dos anos pelos seus órgãos dirigentes, sempre preocupados com a defesa dos interesses nacionais. Comprometido com essas teses, o PMDB respaldou, desde o início, a decisão do presidente José Sarney e do ministro Dilson Funaro de decretar a moratória e reiterar todo o apoio político para que eles levem o processo às últimas consequências — diz a Executiva em seu documento.

Qualquer plano econômico que respeite os compromissos do PMDB de manter os salários reais e buscar sua progressiva elevação, tem que seguir este caminho, pensa a Executiva. As condições mínimas para redistribuir renda são a contenção da ciranda financeira e a redução das taxas de juros, postula o partido.

— Sem essas condições mínimas não se pode pensar em combater a inflação, em estímulo aos investimentos, na elevação do nível de emprego — enfim, na definição de uma política econômica voltada para o atendimento dos anseios da grande maioria da população brasileira. No entanto, esse entendimento depende fundamentalmente da negociação soberana da dívida externa — condiciona o PMDB.